

REPÚBLICA DE



CABO VERDE



# BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO : 24\$00

*Toda a correspondência quer oficial, quer relativo a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional, na cidade da Praia.*

*O preço dos anúncios é de 10\$ a linha. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas ou com tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 30%. Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.*

**ASSINATURAS**

	Ano	Semestre
Para o País	500\$00	380\$00
Para o estrangeiro	900\$00	740\$00
AVULSO: por cada duas páginas	4\$00	

Os períodos de assinatura contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

*Todos os originais com destino ao Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional até às 16 horas da Quinta-feira de cada semana.*

*Os que o forem depois da data fixada ficarão para o número da semana seguinte.*

*Os originais dos vários serviços públicos deverão conter a assinatura do chefe, autêntica da com o respectivo selo branco.*

## SUMÁRIO

### CONSELHO DE MINISTROS:

**Decreto n.º 19/78:**

Nomeia o secretário-geral do Ministério da Educação e Cultura.

**Decreto n.º 20/78:**

Nomeia o director-geral da Educação.

**Decreto n.º 21/78:**

Estabelece a constituição do Supremo Tribunal Militar.

### GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO:

**Despacho:**

Dando por finda a comissão de serviço do delegado da Administração Interna do concelho de Santa Catarina.

**Despacho:**

Nomeando dois camaradas para fazerem parte do conselho administrativo do Instituto Caboverdeano do Cinema.

**Despacho:**

Autorizando Arlindo Vicente Silva a prestar serviço da sua especialidade (jurista) no Comissariado de Estado da Justiça da República da Guiné-Bissau.

**Despacho:**

Autorizando Ermelinda Fernandes Bento a celebrar contrato de arrendamento com a Embaixada da URSS no nosso país, do anexo do seu prédio urbano na Rua «5 de Julho» desta cidade.

**Retificações:**

Ao despacho de 25 de Janeiro do corrente ano, publicado no *Boletim Oficial* n.º 5/78.

Ao quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Governo, anexo ao Decreto n.º 17/78 publicado no *Boletim Oficial* n.º 8/78.

### MINISTÉRIO DA DEFESA E SEGURANÇA NACIONAL:

**Despacho:**

Estabelecendo a constituição do Tribunal Militar de Instância.

### MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

**Despacho:**

Nomeando os camaradas que indica para constituírem a Comissão de Segurança Aeroportuária, do Aeroporto Internacional «Amílcar Cabral».

### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

**Despacho:**

Mandando transitar para o quadro da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado o pessoal que indica.

**Despacho:**

Designando o juiz-auditor do Tribunal Militar de Instância.

**Despacho:**

Revogando o artigo 1854.º do Código Civil vigente.

### Gabinete do Primeiro Ministro:

Direcção-Geral da Função Pública e Trabalho.

### Ministério da Defesa e Segurança Nacional:

Polícia de Ordem Pública.

### Ministério da Educação e Cultura:

Direcção-Geral de Educação.

### Ministério da Saúde e Assuntos Sociais:

Secretaria-Geral.

**Ministério das Obras Públicas:**

Repartição de Gabinete.

Contas e balancetes diversos.

Avisos e anúncios oficiais.

Anúncios judiciais e outros.

---

**CONSELHO DE MINISTROS**

---

**Decreto n.º 19/78****de 18 de Março**

No uso da faculdade conferida pelo n.º 3 do artigo 15.º da Lei sobre a Organização Política do Estado, de 5 de Julho de 1975, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É nomeado o camarada João Quirino Spencer, professor contratado do 7.º grupo do quadro dos liceus de Cabo Verde, para em comissão de serviço desempenhar as funções de Secretário-Geral do Ministério da Educação e Cultura, lugar criado pelo Decreto n.º 79/77, de 20 de Agosto.

Art. 2.º Este decreto entra imediatamente em vigor.

*Pedro Pires — Carlos Reis.*

Promulgado em 9 de Fevereiro de 1978.

Publique-se.

O Presidente da República, ARISTIDES MARIA PEREIRA.

---

**Decreto n.º 20/78****de 18 de Março**

No uso da faculdade conferida pelo n.º 3 do artigo 15.º da Lei sobre a Organização Política do Estado, de 5 de Julho de 1975, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É nomeada a camarada Maria Luísa Ferro Ribeiro, para, em comissão de serviço, desempenhar as funções de director-geral da Educação.

Art. 2.º Este decreto entra imediatamente em vigor.

*Pedro Pires — Carlos Reis.*

Promulgado em 9 de Fevereiro de 1978.

Publique-se.

O Presidente da República, ARISTIDES MARIA PEREIRA.

---

**Decreto n.º 21/78****de 18 de Março**

No uso da faculdade conferida pelo n.º 3 do artigo 15.º da Lei sobre a Organização Política do Estado, de 5 de Julho de 1975, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º Nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 122/77, de 29 de Dezembro de 1977,

são designados para desempenharem as funções adiante indicadas no Supremo Tribunal Militar:

Comandante Olívio Melício Pires, Juiz-presidente.

Comandante Amâncio Lopes, Juiz-vogal.

Juiz Conselheiro António Caldeira Marques, Juiz-auditor.

Comandante Agnelo Dantas Pereira, Promotor de Justiça.

Comandante Eduardo Santos, Defensor oficioso.

Art. 2.º O presente decreto entra imediatamente em vigor.

*Pedro Pires — Silvino da Luz — David Almada.*

Promulgado em 15 de Fevereiro de 1978.

Publique-se.

O Presidente da República, ARISTIDES MARIA PEREIRA.

---

**oSo**

---

**GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO**

---

**Despacho**

É dada por finda a comissão de serviço do Camarada António Pereira Neves, como Delegado da Administração Interna do concelho de Santa Catarina, a partir do dia 28 de Fevereiro, data do seu embarque para o Brasil a fim de frequentar um curso superior.

Gabinete do Primeiro-Ministro, 9 de Março de 1978. — O Primeiro-Ministro, *Pedro Pires.*

---

**Despacho**

Nos termos do artigo 6.º, n.º 1 do Decreto n.º 47/77, de 4 de Junho, nomeio os seguintes camaradas para fazerem parte do Conselho Administrativo do Instituto Cabo-verdiano do Cinema:

Eurico Barros, em representação do C.N.C.V. do PAIGC;

Dulce Duarte, em representação do Ministério da Educação e Cultura.

Gabinete do Primeiro-Ministro, 10 de Março de 1978. — O Primeiro-Ministro, *Pedro Pires.*

---

**Despacho**

Arlindo Vicente Silva, licenciado em Direito, conselheiro de Embaixada do quadro de pessoal diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros — autorizado, mediante sua prévia anuência e a solicitação do Comissariado de Estado da Justiça da República da Guiné-Bissau, a prestar serviço da sua especialidade (jurista) no referido Comissariado por período de um ano, renovável, com direito ao vencimento mensal e demais regalias atribuídos pelo Estado da Guiné-Bissau a funcionários de categoria igual ou equivalente a director-geral.

Desempenhará aquelas funções em regime de comissão de serviço, mantendo todos os direitos adquiridos nos quadros da função pública da República de Cabo Verde.

Gabinetes do Primeiro Ministro e do Ministro dos Negócios Estrangeiros, 13 de Fevereiro de 1978. — O Primeiro Ministro, *Pedro Pires.* — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Abílio Duarte.*

**Despacho**

1. A Senhora Ermelinda Fernandes Bento cedeu em Março do ano passado à Embaixada da URSS, em Cabo Verde, para moradia de seus funcionários, um anexo do seu prédio urbano sito à Rua 5 de Julho, desta cidade, com direito ao fornecimento gratuito de água e luz contra o pagamento da quantia mensal de 8 000\$.

Uma vez que a senhoria não solicitara intencionalmente a autorização a que se refere o Decreto n.º 105/76, de 4 de Dezembro, a Embaixada Soviética, tendo conhecimento da omissão, imediatamente requereu a referida autorização.

2. Assim considerando:

- a necessidade de pôr cobro à especulação que se vem verificando na atribuição das rendas de casa tendo em conta a escassez de habitação nesta cidade;
- o valor por que o referido anexo foi avaliado;
- as taxas de conservação e lucros, bem como os prazos de amortização tidos por justos e razoáveis.

3. Decido o seguinte:

- a) É autorizada Ermelinda Fernandes Bento a celebrar contrato de arrendamento do anexo do prédio, acima referenciado, com a Embaixada da URSS, com efeitos a 1 de Abril de 1977.
- b) A renda mensal não excederá a quantia de 1 440\$, e não dará direito ao gozo temporário de qualquer outra coisa.
- c) A renda deverá ser paga por depósito na conta do senhorio no Banco de Cabo Verde, devendo o facto ser comunicado pelo inquilino à Direcção-Geral da Administração Interna, no prazo de 5 dias após o pagamento.

Secretaria de Estado da Administração Interna, Função Pública e Trabalho, 2 de Março de 1978. — O Secretário de Estado, *José Luis Fernandes Lopes*.

**Secretaria-Geral do Governo**

**Rectificações**

Ao Despacho de 25 de Janeiro de 1978, inserto a páginas 48 do *Boletim Oficial* n.º 5 de 4 de Fevereiro de 1978:

Onde se lê:

- «a) Bandeira Nacional de 4 panos:  
... ..  
Comando de Região Militar»;

Deve ler-se:

- «a) Bandeira Nacional de 4 panos:  
... ..  
Comandos de Região Militar»;

Onde se lê:

- «b) Bandeira Nacional de 3 panos:  
Bases e aquartelamentos das FARP, isoladas e dispersos fora das cidades onde se encontrem os Comandos de Região»;

Deve ler-se:

- «b) Bandeira Nacional de 3 panos:  
Base e aquartelamentos das FARP isolados e dispersos fora das cidades onde se encontrem os Comandos de Região».

Para os devidos efeitos se declara que no quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Governo, anexo ao Decreto n.º 17/78, de 25 de Fevereiro, publicado no *Boletim Oficial* n.º 8 da mesma data,

onde se lê «1 Secretário-Geral ... .. —»,  
deve ler-se «1 Secretário-Geral ... .. A».

Secretaria-Geral do Governo, 11 de Março de 1978. — O Secretário-Geral, *João de Deus Maximiano*.

—oSo—

**MINISTÉRIO DA DEFESA E SEGURANÇA NACIONAL**

**Gabinete do Ministro**

**Despacho**

Nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 122/77, de 29 de Dezembro, designo para constituírem o Tribunal Militar de Instância os seguintes Camaradas:

- Juiz Presidente — Comandante Álvaro Dantas Tavares;
- Juiz Vogal — 1.º oficial das FARP Afonso Gomes; Juiz Auditor — a);
- Promotor de Justiça — Comandante João José Lopes da Silva;
- Defensor oficioso — 1.º oficial das FARP José Gomes da Veiga;
- Secretário — Sub-Tenente Jorge Paulo Monteiro.

a) O Juiz Auditor será designado, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do citado decreto-lei, por despacho do Camarada Ministro da Justiça.

Gabinete do Ministro, 18 de Janeiro de 1978. — O Ministro, *Silvino Manuel da Luz*.

—oSo—

**MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**

**Despacho**

Considerando a necessidade de ser criada uma Comissão de Segurança Aeroportuária do Aeroporto Internacional «Amílcar Cabral», com poderes para analisar e solucionar certas questões de segurança previstas pela Organização da Aviação Civil Internacional, nomeadamente Documento Confidencial n.º 8973 e Anexo 17;

Ouvidos os Ministérios da Defesa e Segurança Nacional e da Saúde e Assuntos Sociais, e Secretaria de Estado de Finanças;

1. Nomeio os seguintes camaradas para constituírem a Comissão de Segurança Aeroportuária do Aeroporto Internacional «Amílcar Cabral»:

- Celso Estrela — Director do Aeroporto «Amílcar Cabral»;
- Armando Silva — Inspector da D.N.S.O.P.;
- Aguinaldo Morais — Director da Alfândega de Espargos;
- José Pedro Morais — Delegado de Saúde do Sal;
- Quirino Santos — Chefe do Serviço de Controle;
- Pedro Brito — Encartegado do Serviço de Movimento.

2. Preside a Comissão o camarada Director do Aeroporto «Amílcar Cabral», Celso Estrela.

Ministério dos Transportes e Comunicações, 14 de Fevereiro de 1978 — O Ministro, *Heculano Vieira*.

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

## Gabinete do Ministro

## Despacho

Nos termos do artigo 2.º do Decreto n.º 88/77, de 3 de Setembro, transita para os lugares a seguir indicados o pessoal do quadro da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, abaixo discriminados:

Nomes	Categorias	Tipo de nomeação
Eduardo Alberto Gomes Rodrigues	Director-geral	Com. serv.
Jerónimo Cardoso da Silva	Conservador	Contrato
Jorge de Oliveira Lima	Conservador	Contrato
Armanda Alcina Mendes da Fonseca Torres	1.º oficial	Definitivo
Aldina Delgado Freire Soares Frederico a)	1.º oficial	Definitivo
Fernanda Maria Silva Oliveira da Fonseca	2.º oficial	Definitivo
Isol'na de Pina Correia e Silva b)	3.º oficial	Definitivo
Maria das Mercês dos Santos Silva	3.º oficial	Definitivo
José Luís Ramos Frederico	3.º oficial	Provisório
Amílcar Soares Ribeiro	3.º oficial	Provisório
Joaquina Maria Carvalho Sena T. Barbosa	3.º oficial	Interino
João José Rodrigues c)	Aspirante	Definitivo
Matias Dias de Sousa c)	Aspirante	Provisório
Ana Maria do Rosário F. Sousa Lopes c)	Aspirante	Provisório
Carlos Alberto de Pina c)	Aspirante	Provisório
Maria Helena de Sena Ferro L. da Silva	Aspirante	Provisório
Eugénia Lima Rebelo	Aspirante	Provisório
Vanda Monteiro Carvalho Portela e Prado	Aspirante	Provisório
Elisabete Maria Silva Araújo	Aspirante	Provisório
Porfíria Maria Fernandes	Aspirante	Provisório
Manuel do Carmo Andrade Freire	Aspirante	Provisório
Lucas Evangelista Andrade c)	Aspirante	Provisório
Odete Olga Rodrigues Brazão de Almeida	Aspirante	Provisório
José Luís Sanches Tavares	Aspirante	Provisório
Julietta Silva Santos Oliveira	Aspirante	Interino
Maria dos Reis Monteiro Gomes António de Jesus Coelho Monteiro	Aspirante	Interino
Félix Gomes Tavares	Esc.-dactilóg.	Interino
Filomena Rosa Mendes Teixeira Silva d)	Esc.-dactilóg.	Definitivo
José António Galvão Gonçalves d)	Esc.-dactilóg.	Contrato
Martinho Semedo Lopes	Esc.-dactilóg.	Contrato
Joana Gu'omar Andrade Modesto	Esc.-dactilóg.	Contrato
Marcelina P. Lopes Carvalhal B. Vicente	Esc.-dactilóg.	Provisório
Alino Tavares Centeio	Esc.-dactilóg.	Provisório
Maria da Conceição Vaz Tavares de Melo	Esc.-dactilóg.	Provisório
Rogério Baptista Teixeira Rodrigues	Esc.-dactilóg.	Provisório
Maria da Conceição Delgado Monteiro	Esc.-dactilóg.	Provisório
Maria de Jesus Mendes	Esc.-dactilóg.	Interino
Maria da Luz Brito	Esc.-dactilóg.	Interino
Maria de Fátima Almeida Duarte	Esc.-dactilóg.	Interino
Cesaltina de Fátima P. S. Correia	Esc.-dactilóg.	Interino
Mário Lopes Pereira Leal	Esc.-dactilóg.	Interino
Silvino Delgado Andrade	Esc.-dactilóg.	Interino
António Anacleto Fortes	Esc.-dactilóg.	Interino
Lina Paulina Soares Monteiro	Esc.-dactilóg.	Interino
José António Rodrigues Pires	Esc.-dactilóg.	Interino
Manuel Sanches Tavares	Servente	Assalariam.

Nomes	Categorias	Tipo de nomeação
Maria de Lourdes Rodrigues Lopes	Servente	Assalariam.
Adéla dos Reis Borges B. Livramento	Servente	Assalariam.
Maria Teresa Vaz	Servente	Assalariam.
Edmar Rosa da Cruz Rocha	Servente	Assalariam.
Isabel Conceição Mendes O. Tavares	Servente	Assalariam.

- a) Em comissão de serviço como secretária do Ministro da Justiça;  
 b) Exerce, interinamente, as funções de 2.º oficial da mesma Direcção-Geral;  
 c) Exercem, interinamente, as funções de 2.º oficial da mesma Direcção-Geral;  
 d) Exercem, interinamente, as funções de aspirante da mesma Direcção-Geral.

Ministério da Justiça, 4 de Fevereiro de 1978. — O Ministro, *David Hopffer Almada*.

## Despacho

Nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 122/77, de 29 de Dezembro,

Designo o Camarada João Henrique Oliveira Barros, Juiz de Direito da Região de Sotavento para desempenhar as funções de Juiz Auditor do Tribunal Militar de Instância.

Ministério da Justiça, 10 de Fevereiro de 1978. — O Ministro, *David Hopffer Almada*.

## Despacho

Tem sido posta a questão de saber se estará em vigor o preceito do Código Civil vigente a 5 de Julho de 1975 que determina o prazo da propositura da acção de investigação de paternidade ou maternidade.

Do Ordenamento Político-Jurídico do Estado de Cabo Verde, assente no programa e princípios do PAIGC e na Lei sobre a Organização Política do Estado e demais leis da República, resulta que todos os cidadãos gozam de absoluta igualdade na sua dignidade humana e social, sem qualquer discriminação.

Aliás, o Decreto-Lei n.º 84/76 expressamente estabelece no seu artigo 2.º que «todos os filhos são iguais perante a lei...».

Ora, sendo sem dúvida o estabelecimento de prazo para a propositura de acção de investigação uma das manifestações de discriminação de que eram vítimas os filhos nascidos fora do casamento, os chamados filhos ilegítimos, decorre que o preceito que o sancionava ficou revogado por aquela disposição do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 84/76.

Ademais os artigos 11.º, 12.º e 13.º do mesmo diploma referem-se expressamente à investigação e à legitimidade para propôr a competente acção, não fixando para tal nenhum prazo, como aliás não devia fixar.

Para além de tudo isso, da conjugação do Decreto-Lei n.º 84/76 com o Decreto n.º 57/75 e da análise da sua letra, do seu espírito e do seu sistema resulta que o artigo 1854.º do Código Civil foi claramente revogado por esses diplomas.

Nestes termos determino:

Deve-se considerar revogado do ordenamento Jurídico de Cabo Verde o artigo 1854.º do Código Civil vigente.

Ministério da Justiça, 10 de Março de 1978. — O Ministro, *David Hopffer Almada*.

## GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

Secretaria de Estado da Administração  
Interna, Função Pública e TrabalhoDirecção-Geral da Função Pública  
e Trabalho

Despachos do Camarada Primeiro Ministro:

De 16 de Janeiro de 1978:

José Marcelino Araújo, — assalariado para, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo exercer o cargo de condutor auto de 3.ª classe, da Secretaria Geral do Governo.

Zenaida Filomena Barros de Oliveira Silva, escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe, interna — nomeada para, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer, interinamente, o cargo de escriturária-dactilógrafa de 1.ª classe, da Secretaria-Geral do Governo.

José António Monteiro — nomeado para, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer, interinamente, o cargo de escriturário-dactilógrafa de 2.ª classe da Secretaria-Geral do Governo.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, artigo 15.º do orçamento vigente. — (Visados pelo Conselho Nacional de Justiça em 15 de Março de 1978).

De 19:

Victória Fortes — assalariada para, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de servente da Direcção-Geral de Informação.

Carlos Orlando de Oliveira Lima — nomeado para, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de repórter, interino, da Direcção-Geral de Informação.

Fernando Rodrigues Carvalho — nomeado para, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de repórter, interino, da Direcção-Geral de Informação.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 4.º, artigo 37.º do orçamento vigente.

(Visados pelo Conselho Nacional de Justiça em 3 de Março de 1978).

De 31:

Olimpio Lopes Varela, enfermeiro de 1.ª classe do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais — nomeado para, nos termos do artigo 35.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer, em comissão de serviço, o cargo de delegado da Administração Interna, do concelho da Boa Vista.

Por urgente necessidade de serviço entra imediatamente em exercício de funções, independentemente do visto e da publicação no *Boletim Oficial*, nos termos do § 2.º do Decreto n.º 24 800, de 20 de Dezembro de 1934.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 9.º, artigo 71.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 7 de Março de 1978).

Despacho do Camarada Ministro dos Negócios Estrangeiros:

De 16 de Janeiro de 1978:

José Luis Sá Nogueira — nomeado para, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de 3.º oficial, interino, da Direcção-Geral de Assuntos Políticos, Económicos e Culturais do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 3.º, artigo 16.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 3 de Março de 1978).

De 17:

Daniel Monteiro, aspirante, interino, da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros — transferido, por conveniência de serviço, para a Embaixada de Cabo Verde em Dakar, indo ocupar um dos lugares criados pelo Decreto n.º 109/77, ainda não provido.

José Carlos Gomes Ferreira — nomeado para, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de 3.º oficial, interino, da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, artigo 15.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 3 de Março de 1978).

Despacho do Camarada Ministro da Defesa e Segurança Nacional:

De 29 de Novembro de 1977:

Manuel do Rosário Sanches Lopes — nomeado para, provisoriamente, exercer o cargo de agente de 2.ª classe da Polícia de Ordem Pública da Direcção Nacional de Segurança e Ordem Pública, com efeito retroactivo à data de 18 de Junho de 1975.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 6.º, artigo 22.º do orçamento vigente do Ministério da Defesa e Segurança Nacional. — (Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 3 de Março de 1978).

Despacho do Camarada Ministro da Coordenação Económica:

De 10 de Fevereiro de 1978:

Libânia Maria Ferreira — nomeada para, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de escriturária-dactilógrafa interina, da Repartição do Gabinete do Ministério da Coordenação Económica.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, artigo 1.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 3 de Março de 1978).

Despachos do Camarada Ministro da Educação e Cultura:

De 9 de Setembro de 1977:

Matilde de Aleluia Barbosa Vicente — nomeada para, nos termos do artigo 35.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer em comissão de serviço o cargo de directora da Escola Preparatória do Fogo.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 12.º, artigo 74.º do orçamento vigente.

**Dulce Conceição Costa**, licenciada em Farmácia e curso de Ciências Pedagógicas — nomeada para, nos termos do artigo 35.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer em comissão ordinária de serviço, o cargo de directora da Escola Preparatória do Mindelo.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 10.º, artigo 58.º do orçamento vigente.

**Maria Guadalupe de Oliveira Almada**, professora contratada do 2.º grupo do quadro privativo das Escolas Preparatórias — nomeada para, nos termos do artigo 35.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer em comissão ordinária de serviço, o cargo de directora da Escola Preparatória de S. Nicolau.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 15.º, artigo 98.º, do orçamento vigente.

De 11 de Janeiro de 1978:

**Maria Helena Simões de Santa Rita Vieira**, licenciada em Ciências Biológicas — nomeada para, nos termos do artigo 35.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer em comissão de serviço, o cargo de directora do Liceu «**Domingos Ramos**».

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 27.º, artigo 183.º, do orçamento vigente.

(Visados pelo Conselho Nacional de Justiça em 3 de Março de 1978).

De 18:

**Oscar António Barbosa Ribeiro** — nomeado para, nos termos do artigo 35.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer, em comissão ordinária de serviço, o cargo de director do ensino secundário e técnico profissional do Ministério da Educação e Cultura.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 25.º, artigo 173.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 15 de Março de 1978).

Despachos do Camarada Ministro dos Transportes e Comunicações:

De 5 de Outubro de 1977:

**Elisabeth Júlia Silva Barros e Freitas** — nomeada para, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de 3.º oficial interino, do Aeroporto Internacional «**Amílcar Cabral**».

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 3.º, artigo 1.º do orçamento vigente do Aeroporto Internacional «**Amílcar Cabral**».

De 7:

**Francisco João Lopes** — assalariado para, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de contínuo de 2.ª classe, da Direcção-Geral de Marinha.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 3.º, artigo 17.º, do orçamento vigente.

De 21 de Novembro:

**Carlos Alberto Rocha Fortes** — nomeado para, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de escriturário-tráfego, interino, da Direcção-Geral da Aeronáutica Civil — Aeroporto Internacional «**Amílcar Cabral**».

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, artigo 1.º do orçamento vigente do Aeroporto Internacional «**Amílcar Cabral**».

De 12 de Janeiro de 1978:

**João Paulo dos Santos** — nomeado para, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de motorista de 2.ª classe, interino, da Direcção-Geral da Aeronáutica Civil — Aeroporto Internacional «**Amílcar Cabral**».

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 3.º, artigo 1.º do orçamento vigente do Aeroporto Internacional «**Amílcar Cabral**».

De 4 de Fevereiro:

**Odílio Pares Fernandes Tavares** — nomeado para, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer interinamente, o cargo de técnico de 2.ª classe de radiocomunicações dos Serviços dos Correios e Telecomunicações.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, artigo 7.º, do orçamento vigente, dos Serviços dos Correios e Telecomunicações.

**João Soares Rosa**, ajudante de motorista, da Direcção-Geral de Marinha — suspenso, com perda de vencimento, nos termos do artigo 385.º do Estatuto do Funcionalismo (Visados pelo Conselho Nacional de Justiça em 3 de Março de 1978).

Despacho do Camarada Ministro do Desenvolvimento Rural:

De 2 de Fevereiro de 1978:

**Engenheiro de minas, António Pedro Barbosa Borges** — nomeado para, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de técnico superior de 3.ª classe, provisório, da Direcção-Geral de Conservação e Aproveitamento dos Recursos Naturais do Ministério do Desenvolvimento Rural.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 7.º, artigo 53.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 3 de Março de 1978).

Despacho do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 11 de Fevereiro de 1978:

**Lídia Miranda Silveira Pires**, enfermeira de 2.ª classe, provisória, da Direcção Nacional de Saúde — nomeada, nos termos do § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, definitivamente no referido cargo.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 3.º, artigo 14.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 3 de Março de 1978).

Despachos do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 13 de Fevereiro de 1978:

**Delfim Nascimento Varela** — assalariado para, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de servente da Direcção Nacional de Saúde.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 3.º, artigo 14.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 3 de Março de 1978).

De 24:

**Maria da Luz Pereira da Silva**, filha de Olga Maria Guedes Pereira Silva, 2.º oficial da Direcção-Geral de Educação

— homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 9 de Fevereiro de 1978, que é do seguinte teor:

«A examinada deve ser evacuada para o exterior e para um centro especializado de ortopedia por se encontrarem esgotados os recursos locais de tratamento e por se presumir que a doente possa beneficiar com o tratamento adequado». Evacuar para Portugal.

Obs: A doente deve ser acompanhada por pessoa de família.

De 27:

Emanuel do Espírito Santo dos Reis Vaz, filho de Francisco da Lomba Pereira Vaz, marinheiro da Direcção-Geral da Marinha — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 23 de Fevereiro de 1978, que é do seguinte teor:

«O examinado deve ser presente a uma consulta de oftalmologia no Hospital da Praia».

Maria Deolinda Benoiel, esposa de Emanuel Magno Pereira Silva, técnico de formação superior de 3.ª classe do Ministério do Desenvolvimento Rural — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 16 de Fevereiro de 1978, que é do seguinte teor:

«A examinada deve ser presente a uma consulta especializada de oftalmologia no Hospital da Praia».

Despachos do Camarada Ministro das Obras Públicas:

De 1 de Agosto de 1977:

José Francisco Rosa de Pina — nomeado para, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de serralheiro mecânico de 2.ª classe da Direcção Nacional das Obras Públicas.

Ismael Ruben Araújo Ferro, nomeado para, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de Pintor de 2.ª classe provisório da Direcção Nacional das Obras Públicas.

De 16 de Janeiro de 1978:

João Cândida Silva, assalariado para, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de contínuo de 1.ª classe da Direcção Nacional das Obras Públicas.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, artigo 9.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 3 de Março de 1978).

De 16:

Inês Antónia Coelho, assalariada para, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de contínuo de 1.ª classe, da Direcção Geral das Obras Públicas.

Maria Júlia dos Reis Monteiro Andrade, assalariada para, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de contínuo de 1.ª classe da Direcção Nacional das Obras Públicas.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, artigo 9.º do orçamento vigente. — (Visados pelo Conselho Nacional de Justiça em 3 de Março de 1978).

De 20 de Fevereiro:

Maria Emília Gomes — assalariada para, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de servente, da Repartição de Gabinete do Ministério das Obras Públicas.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, artigo 1.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 7 de Março de 1978).

Despacho do Camarada Ministro da Justiça:

De 15 de Fevereiro de 1978:

Camilo Cabral Carvalhal, aspirante provisório, da Procuradoria-Geral da República — nomeado para, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer interinamente o cargo de ajudante de escrivão da Procuradoria-Geral da República, do Ministério da Justiça, com efeitos retroactivos à data do despacho nos termos do Decreto n.º 24 800/34, de 20 de Dezembro, aplicável aos serviços de Justiça pelo Decreto n.º 25 724/35, de 7 de Agosto.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 7.º, artigo 45.º do orçamento vigente — (Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 3 de Março de 1978).

Despachos do Camarada Secretário de Estado da Administração Interna, Função Pública e Trabalho:

De 14 de Janeiro de 1978:

Malaquias Gomes Duarte, assalariado para, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de Porteiro do Secretariado Administrativo de S. Vicente.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 3.º, artigo 1.º do orçamento vigente, do Secretariado Administrativo de S. Vicente.

De 1 de Fevereiro:

Orlando António dos Santos — contratado para, nos termos do artigo 47.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de 1.º oficial do Secretariado Administrativo da Praia.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, artigo 1.º do orçamento vigente, do Secretariado Administrativo da Praia.

Adalberto Mendes Tavares — nomeado para, nos termos do artigo 35.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer em comissão de serviço, o cargo de agente administrativo, da Direcção-Geral da Administração Interna, com colocação na freguesia de S. Nicolau Tolentino.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 9.º, artigo 7.º, do orçamento vigente.

(Visados pelo Conselho Nacional de Justiça em 3 de Março de 1978).

De 3:

Orlando de Jesus Oliveira Duarte, funcionário aposentado — contratado para, exercer o cargo de chefe de departamento da Direcção-Geral da Administração Interna, de harmonia com o disposto no Decreto n.º 21/76, sendo-lhe rescindido o contrato anterior do cargo de 1.º oficial:

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 9.º, artigo 71.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 15 de Março de 1978).

De 6:

Dr. Henrique Lubrano de Santa Rita Vieira, funcionário desligado do serviço para aposentação — contratado para, nos termos do artigo 2.º do Decreto n.º 21/76, exercer o cargo de técnico superior de 1.ª classe, do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais, com o vencimento mensal de 15 000\$ e efeitos retroactivos a partir de 1 de Janeiro do ano em curso.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 3.º, artigo 4.º, do orçamento vigente.

(Visados pelo Conselho Nacional de Justiça em 3 de Março de 1978).

De 16:

Daniel Levy Medina, guarda de 2.ª classe da Polícia Económica Fiscal, desligado de serviço para efeitos de aposentação, por despacho publicado no *Boletim Oficial* n.º 25/76 — concedida a aposentação definitiva no lugar, com direito à pensão anual de 47 475\$, fixada nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 4.º e n.º 1 do artigo 6.º, ambos do Decreto n.º 52/75, de 8 de Fevereiro e correspondente a 34 anos, 9 meses e 16 dias de serviço prestado à Administração Colonial Portuguesa.

O encargo resultante deste despacho tem cabimento na dotação do capítulo 15.º, artigo 125.º do orçamento vigente. — (Visados pelo Conselho Nacional de Justiça, em 3 de Março de 1978).

Despacho do Camarada Secretário de Estado da Cooperação e Planeamento:

De 29 de Setembro de 1977:

Maria Jesus Teixeira — assalariada para, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de servente da Direcção-Geral de Estatística.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 14.º, artigo 107.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 3 de Março de 1978).

Despacho do Camarada Director-Geral, por delegação do Camarada Primeiro Ministro:

De 15 de Março de 1978:

Gil Rezende Barbosa Fernandes, 1.º oficial da Direcção-Geral de Saúde — conta para efeitos de aposentação, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado.

	A	M	D
A Administração Colonial Portuguesa:			
Como militar ... ..	1	4	28
De 18 de Novembro de 1960 a 4 de Julho de 1975 ... ..	14	7	17
Aumento de 1/5, nos termos do artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo ...	3	2	15
<b>Soma ... ..</b>	<b>19</b>	<b>3</b>	<b>—</b>
Ao Estado de Cabo Verde:			
De 5 de Julho de 1975 a 31 de Dezembro de 1977 ... ..	2	5	27
<b>Total ... ..</b>	<b>21</b>	<b>8</b>	<b>27</b>

Despachos do Camarada Director Regional de Barlavento, por delegação do Camarada Ministro de Saúde e Assuntos Sociais:

De 13 de Janeiro de 1978:

Samoel José Alves, filho de Ernestina Joana Lopes Silva Alves, telefonista de 2.ª classe dos Serviços de Correios e Telecomunicações — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 8 de Dezembro de 1977, que é do seguinte teor:

«Que o examinado deve ser evacuado com urgência para o exterior por se encontrarem esgotados os meios de diagnósticos e tratamento e por correr perigo de vida com a sua permanência neste País». Evacuar para Portugal.

Obs: Deve ser acompanhado por um familiar.

De 23 de Fevereiro:

António da Luz Lopes, guarda de 2.ª classe do Ministério da Defesa e Segurança e Ordem Pública — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 16 de Fevereiro de 1978, que é do seguinte teor:

«Que ao examinado devem ser concedidos mais noventa dias para prosseguimento do tratamento, findos os quais deverá regressar de novo à Junta de Saúde».

José Alves, professor de posto escolar — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 16 de Fevereiro de 1978, que é do seguinte teor:

«Que ao examinado devem ser concedidos trinta dias de licença para orientação diagnóstica e tratamento, findos os quais deverá de novo regressar a esta Junta de Saúde».

Simprónia Lourdes Silva Brito, 3.º oficial do quadro administrativo das Alfândegas de Cabo Verde — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 16 de Fevereiro de 1978, que é do seguinte teor:

«Que a examinada devem ser concedidos trinta dias para tratamento findos os quais deve ser de novo presente à Junta de Saúde».

De 11 de Março de 1978:

Luisete Maria Rodrigues Rendall Monteiro, esposa de Daniel Alberto Rendall Monteiro, 1.º oficial da Direcção-Geral da Função Pública e Trabalho — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 9 de Março de 1978, que é do seguinte teor:

«Que a examinada deve ser evacuada para a cidade da Praia a fim de ser presente à consulta de psiquiatria».

Sessão do Conselho Deliberativo do Secretariado Administrativo de S. Vicente:

De 26 de Janeiro de 1978:

Maria de Fátima Monteiro Lima Cardoso — nomeada para, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de aspirante, interino, do Secretariado Administrativo de S. Vicente.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º artigo 1.º do orçamento vigente, do Secretariado Administrativo de S. Vicente.

Sessão do Conselho Deliberativo de S. Vicente:

De 26 de Janeiro de 1978:

Oswaldo Rendall Tavares — nomeado para, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer inteiramente, o cargo de dactilógrafo do Secretariado Administrativo de S. Vicente.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, artigo 1.º, do orçamento vigente, do Secretariado Administrativo de S. Vicente. — (Visados pelo Conselho Nacional de Justiça em 3 de Março de 1978).

Lista graduada de classificação dos candidatos ao concurso de provas práticas para o preenchimento de vagas de ajudante administrativo de 1.ª classe dos Serviços dos Correios e Telecomunicações, aberto por anúncio publicado no *Boletim Oficial* n.º 2, de 10 de Janeiro de 1976, homologada por despacho do Camarada Ministro dos Transportes e Comunicações, de 20 de Dezembro de 1977:

Admitidos:

1 — Maria Odeth Fonseca Fortes ... ..	13,8
2 — Maria Filomena Cardoso Pereira ... ..	12,2
3 — José Monteiro de Pina ... ..	11
4 — Rosalina Soares Carvalho de Melo ... ..	11
5 — Carlos Alberto Tavares Monteiro ... ..	10,2

Excluídos:

1 — Ana Cecília Rodrigues Cardoso ... ..	8,5
2 — Adriano Barbosa Vicente ... ..	6
3 — José da Luz Pereira ... ..	5,5

#### COMUNICAÇÃO

Georgina Maria Augusta Benrós de Melo, nomeada para, em comissão de serviço, exercer o cargo de director-geral do Comércio, tomou posse do referido cargo a 1 de Março tendo iniciado o exercício das suas funções.

#### RECTIFICAÇÕES

Por ter saído inexacto o despacho do Camarada Ministro do Desenvolvimento Rural, de 2 de Fevereiro de 1978, relativamente à nomeação de Carlos Alberto Brito, publicado no *Boletim Oficial* n.º 8/78, se rectifica o seguinte:

Onde se lê:

... nos termos do artigo 435.º ...

Deve ler-se:

... nos termos do artigo 27.º ...

Por ter saído inexacto no *Boletim Oficial* n.º 10/78, o despacho do Camarada Secretário de Estado da Administração Interna, Função Pública e Trabalho, relativo à nomeação de Onildo Melício Pires, no cargo de chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Administração Interna, Função Pública e Trabalho, se rectifica:

Onde se lê:

1.º oficial de nomeação definitiva, da Direcção-Geral da Função Pública e Trabalho.

Deve-se ler:

1.º oficial de nomeação definitiva, da Direcção-Geral da Administração Interna.

Direcção-Geral da Função Pública e Trabalho, na Praia, 18 de Março de 1978. — O Director-Geral, *Jorge Manuel Soares de Brito*.

## MINISTÉRIO DA DEFESA E SEGURANÇA NACIONAL

### Direcção Nacional de Segurança

#### Polícia de Ordem Pública

Despacho do Camarada Director Nacional de Segurança e Ordem Pública, por delegação do Camarada Ministro da Defesa e Segurança Nacional:

De 28 de Fevereiro de 1978:

Aútilio Lopes Cabral, agente de 2.ª classe n.º 265/601, da Polícia de Ordem Pública — transferido, por conveniência de serviço, do Posto Policial da Brava para a Esquadra Policial do Fogo.

José Leopoldino Barbosa, agente de 2.ª classe n.º 20/610, da Polícia de Ordem Pública — transferido, por conveniência de serviço, do Comando do Agrupamento de Segurança e Ordem Pública de Santiago para a Esquadra Policial do Fogo.

Luís dos Reis Moreira, agente de 2.ª classe n.º 321/720, da Polícia de Ordem Pública — transferido, por conveniência de serviço, do Comando do Agrupamento de Segurança e Ordem Pública de Santiago para o Posto Policial do Maio.

Abel Gonçalves, agente de 2.ª classe n.º 293/656, da Polícia de Ordem Pública — transferido, por conveniência de serviço, do Comando do Agrupamento de Segurança e Ordem Pública do Sal para o de Santiago.

Cipriano Coelho Dias, agente de 2.ª classe n.º 51/375, da Polícia de Ordem Pública — transferido, por conveniência de serviço, do Posto Policial de Santa Catarina para o Comando do Agrupamento de Segurança e Ordem Pública de Santiago.

José Lopes da Silva, agente de 1.ª classe n.º 6/239, da Polícia de Ordem Pública — transferido sem dispêndio para a Fazenda Nacional, do Comando do Agrupamento de Segurança e Ordem Pública de S. Vicente para o Posto Policial do Porto Novo.

Manuel Sezinando da Luz, agente de 2.ª classe n.º 349/748, da Polícia de Ordem Pública — transferido sem dispêndio para a Fazenda Nacional, do Posto Policial do Porto Novo para o Comando do Agrupamento de Segurança e Ordem Pública de S. Vicente.

Comando-Geral da Polícia de Ordem Pública, na Praia, 7 de Fevereiro de 1978. — Pelo Comandante-Geral, *Nelson A. Ferreira Santos*, inspector.

oão

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

### Direcção-Geral de Educação

Despachos do Camarada Ministro da Educação e Cultura:

De 28 de Janeiro de 1978:

Concelho da Praia:

Euprécia Medina da Silva Alves, monitora escolar, com colocação no Posto Escolar n.º 140, de Vila Nova — autorizada a permutar com Maria do Coração de Jesus Hungria Silva, professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação na Escola n.º 12, de Pedra Badejo.

## Concelho de Santa Cruz:

Maria do Coração de Jesus Hungria Silva, professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação na Escola n.º 12, de Pedra Badejo — autorizada a permutar com Euprêpia Medina da Silva Alves, monitora escolar, com colocação no Posto Escolar n.º 140, de Vila Nova.

De 13 de Fevereiro:

## Concelho da Praia:

Maria do Carmo Cordeiro Almada Lopes dos Santos, professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 4, de Achada de Santo António — exonerada, a seu pedido, das referidas funções.

De 23:

## Concelho da Praia:

1. Olívio Socorro Barbosa, professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 158, de Baía — exonerado, a seu pedido, das referidas funções;
2. Mário Ramos Semedo, candidato inscrito — nomeado professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 158, de Baía;
3. Manuel Alves, professor de posto escolar, contratado, com colocação no Posto Escolar n.º 139, de Fazenda — rescindido o contrato, a seu pedido, a partir de 23 de Fevereiro;
4. Maria José Epifânio do Rosário Barbosa Amado Andrade, professora do ensino primário, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 8, de Milho Branco — transferida para o Posto Escolar n.º 139, de Fazenda;
5. Maria Emanuela Lopes Semedo — admitida como monitora escolar para leccionar no Posto Escolar n.º 8, de Milho Branco, a partir de 1 de Março;
6. Gabriela Inês dos Paços Pires, professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 232, de Várzea da Companhia — exonerada, a seu pedido, das referidas funções, a partir de 28 de Fevereiro;
7. Rose Mery Dias Teixeira, candidata inscrita — revalidada a sua nomeação como professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 232, de Várzea da Companhia;
8. Maria Amélia Silva, professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 235, de Lagoa — exonerada, a seu pedido, das referidas funções, a partir de 28 de Fevereiro;
9. Mary Emília Soares de Carvalho Silva, candidata inscrita — revalidada a sua nomeação como professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto n.º 235, de Lagoa.

De 11 de Fevereiro de 1978:

Ernesto Jesus Cruz — exonerado, a seu pedido, do cargo de professor eventual da Escola Industrial e Comercial do Mindelo.

De 28:

Fernanda Augusta Ortet de Barros Lisboa Santos, professora do ensino primário com colocação na Escola n.º 18, da Fazenda — transferida para a Escola n.º 1, da Praia.

Maria Regina Silva, professora do ensino primário — exonerada das funções de delegada da Inspeção de Santa Catarina e colocada no posto escolar n.º 4, de Achada de Santo António.

De 10 de Março:

Nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 43 913, de 14 de Setembro de 1961, são nomeados professores de serviço eventual, os seguintes indivíduos, para prestarem serviço nos estabelecimentos de ensino que adiante se indicam, devendo entrar imediatamente em exercício, por urgente conveniência de serviço público, reconhecida por despacho da mesma data, nos termos do § 1.º do artigo 1.º do Decreto n.º 24 800, de 20 de Dezembro de 1934, conjugado com o artigo 29.º do Decreto n.º 43 041, de 1 de Julho de 1960:

## Escola Preparatória da Ribeira Grande:

António Pedro Maurício dos Santos, com efeitos a partir de 27 de Janeiro.

## Escola Preparatória da Praia (Calabaceira):

Israel Fernando Silva.

Oswaldo Pedro Maurício — exonerado, a seu pedido, do cargo de professor eventual da Escola Preparatória da Ribeira Grande.

Despacho do Camarada Director-Geral de Educação, por delegação do Camarada Ministro da Educação e Cultura:

De 15 de Fevereiro de 1978:

## Concelho da Praia:

Maria Luísa Correia Cardoso, professora de posto escolar, contratada, com colocação no Posto Escolar n.º 160, de Trindade — autorizada a permutar com Ana Alves Coleta, professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 73, de Figueira das Naus;

## Concelho de Santa Catarina:

Ana Alves Coleta, professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 73, de Figueira das Naus — autorizada a permutar com Maria Luísa Correia Cardoso, professora de posto escolar, contratada, com colocação no Posto Escolar n.º 160, de Trindade.

Direcção-Geral de Educação — Departamento do Pessoal e Controlo Administrativo, na Praia, 10 de Março de 1978. — O Chefe do Departamento, *Pedro Nascimento Gomes*.

—o—

## MINISTÉRIO DA SAÚDE E ASSUNTOS SOCIAIS

### Secretaria-Geral

Despacho do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 27 de Janeiro de 1978:

José João da Luz, José António Delgado e Maria Madalena Pires, serventes, assalariados da Direcção-Geral de Saúde, actualmente em serviço no Hospital de S. Vicente —

exonerados das suas funções a partir da data em que forem contratados para prestarem serviço no P.M.I./P.F., como servente, condutor e ajudante de enfermeira, respectivamente.

COMUNICAÇÃO

Para os devidos efeitos se comunica o seguinte:

Dr. João de Deus Lisboa Ramos, técnico superior de 2.ª classe, definitivo, da Direcção-Geral de Saúde — nomeado em comissão ordinária de serviço no cargo de secretário-geral do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais, por Decreto n.º 14/78, de 18 de Fevereiro de 1978, publicado no *Boletim Oficial* n.º 7/78, da presente série, tomou posse do referido cargo em 28 de Fevereiro de 1978.

Dr. António José Cohen, técnico superior de 1.ª classe, definitivo, da Direcção-Geral de Saúde, nomeado em comissão ordinária de serviço no cargo de director-geral de Saúde por Decreto n.º 14/78, de 18 de Fevereiro de 1978, publicado no *Boletim Oficial* n.º 7/78, da presente série, tomou posse do referido cargo em 28 de Fevereiro de 1978.

Alcestina de Oliveira Tolentino, assistente social de 1.ª classe, definitiva, da Direcção-Geral de Assuntos Sociais, nomeada em comissão ordinária de serviço no cargo de director-geral de Assuntos Sociais por Decreto n.º 14/78, de 18 de Fevereiro de 1978, publicado no *Boletim Oficial* n.º 7/78, da presente série, tomou posse do referido cargo em 28 de Fevereiro de 1978.

Para os devidos efeitos se comunica o seguinte:

Margarida Afonso Sanches Semedo, ajudante técnico da farmácia de 2.ª classe, provisória, da Direcção-Geral de Farmácia, nomeada por despacho de 26 de Agosto de 1977, visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 23 de Setembro de 1977 e publicado no *Boletim Oficial* n.º 40, de 1 de Outubro de 1977, tomou posse do referido cargo em 12 de Janeiro de 1978.

João Andrade Gomes, servente, assalariado, da Direcção-Geral de Saúde, nomeado por despacho de 31 de Janeiro de 1978, visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 18 de Fevereiro de 1978 e publicado *Boletim Oficial* n.º 8, de 25 de Fevereiro de 1978, tomou posse do referido cargo em 1 de Março de 1978.

Secretaria-Geral do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais, na Praia, 3 de Março de 1978. — O Secretário-Geral, João de Deus Lisboa Ramos, téc. sup. de 2.ª classe.

—o—

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

Repertição de Gabinete

Despacho do Camarada Ministro das Obras Públicas:

De 10 de Março de 1978:

Maria da Luz Ramos Monteiro de Oliveira Santos Correia Pinto — dada por finda, por conveniência de serviço, a comissão de serviço como chefe de Gabinete do Ministério das Obras Públicas para que havia sido nomeada por despacho de 21 de Julho de 1977, publicado no *Boletim Oficial* n.º 37/77, a partir de 31 de Março corrente.

Repertição de Gabinete do Ministério das Obras Públicas, na Praia, 10 de Março de 1978. — O chefe de Gabinete, Maria da Luz Correia Pinto.

CONTAS E BALANCETES DIVERSOS

BANCO DE CABO VERDE

Praia (Santiago)

Direcção das Relações com o Exterior e do Controlo de Câmbios

Cotações de câmbios a)

Em 7-3-78

N.º 8/78

Nota	Compra	Venda
África do Sul ... .. Rand	22\$78	26\$76
Alemanha ... .. Marco	16\$29	17\$69
América 1 e 2 ... .. Dólares	32\$34	35\$17
América 5 a 1000 ... .. Dólares	32\$85	35\$68
Argentina ... .. Peso Novo	—\$—	—\$—
Austria ... .. Xelim	2\$25	2\$46
Bélgica ... .. Franco	1\$04	1\$14
Brasil ... .. Cruzeiro novo	—\$—	—\$—
Canadá 1 e 2 ... .. Dólares	28\$83	31\$35
Canadá N. Grandes ... .. Dólares	29\$34	31\$86
Dinamarca ... .. Coroa	5\$89	6\$40
Espanha ... .. Peseta	\$409	\$445
Finlândia ... .. Markka	7\$92	8\$61
França ... .. Franco	6\$90	7\$50
Holanda ... .. Florim	15\$23	16\$54
Inglaterra ... .. Libra	63\$70	69\$17
Itália ... .. Lira	\$0347	\$0378
Japão ... .. Iene	\$124	\$136
Marrocos ... .. Dirham	—\$—	—\$—
Noruega ... .. Coroa	6\$20	6\$74
Senegal ... .. C. F. A.	\$138	\$150
Suécia ... .. Coroa	7\$15	7\$77
Suíça ... .. Franco	17\$73	19\$26
Venezuela ... .. Bolívar	—\$—	—\$—
Portugal ... .. Escudo	\$810	\$881

a) A aplicar nas correspondências

Em 13/3/78

N.º 9/78

Notas:	Compra	Venda
África do Sul ... .. Rand	22\$98	26\$98
Alemanha ... .. Marco	16\$29	17\$70
América 1 e 2 ... .. Peso Novo	32\$62	35\$47
América 5 a 1000 ... .. Xelim	33\$13	35\$98
Argentina ... .. Dólares	—\$—	—\$—
Austria ... .. Dólares	2\$25	2\$46
Bélgica ... .. Franco	1\$04	1\$14
Brasil ... .. Cruzeiro Novo	—\$—	—\$—
Canadá 1 e 2 ... .. Dólares	28\$97	31\$51
Canadá N. Grandes ... .. Dólares	29\$48	32\$02
Dinamarca ... .. Coroa	5\$91	6\$42
Espanha ... .. Peseta	\$411	\$448
Finlândia ... .. Markka	7\$89	8\$57
França ... .. Franco	6\$84	7\$43
Holanda ... .. Florim	15\$25	16\$57
Inglaterra ... .. Libra	63\$90	69\$38
Itália ... .. Lira	\$0348	\$0379
Japão ... .. Iene	\$126	\$138
Marrocos ... .. Dirham	—\$—	—\$—
Noruega ... .. C. F. A.	6\$21	6\$75
Senegal ... .. Coroa	\$136	\$149
Suécia ... .. Coroa	7\$17	7\$79
Suíça ... .. Franco	17\$16	18\$64
Venezuela ... .. Bolívar	—\$—	—\$—
Portugal ... .. Escudo	\$806	\$877

Cotações de câmbios

N.º 11/78		Em 10/3/78	
Pracas	Unidades e divisas	Compra	Venda
Londres	1 Libra	66\$20	67\$37
New York	1 Dólar	34\$33	34\$92
Amesterdão	100 Florins	1 580\$78	1 615\$61
Bruxelas	100 Francos	108\$46	110\$82
Copenhague	100 Coroas	612\$62	626\$13
Estocolmo	100 Coroas	743\$08	759\$62
Dakar	100 C. F. A	14\$17	14\$45
Frankfort R.F.A.	100 D. Mark	1 688\$55	1 725\$46
Helsinquia	100 Markkas	817\$71	834\$84
Oslo	100 Coroas	643\$37	656\$99
Otava	1 Dólar	30\$55	31\$07
Paris	100 Francos	708\$71	722\$68
Pretória	1 Rand	39\$22	40\$42
Roma	100 Liras	4\$00	4\$097
Róquio	100 Iéne	14\$479	14\$807
Viena	100 Xelins	233\$88	239\$06
Zurique	100 Francos	1 778\$38	1 817\$04
Madrid	100 Pesetas	42\$68	43\$63
Lisboa	100 Escudos	83\$60	85\$59
<b>«Clearings»</b>			
Bissau	100 Pesos	100\$00	100\$00

Direcção das Relações com o Estrangeiro e do Controlo de Câmbios, na Praia, 14 de Março de 1978.—Pela Direcção, António José Lopes da Silva.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO ECONÓMICA

Secretaria de Estado das Finanças

Direcção-Geral de Finanças

ÉDITOS DE 90 DIAS

Por esta Direcção-Geral correm éditos de 90 dias a contar da data da publicação deste anúncio no *Boletim Oficial*, nos termos do Decreto com força de lei, de 5 de Dezembro de 1910, posto em vigor neste Estado pelo Decreto de 24 de Março de 1911 com a nova redacção que lhe foi dada pelo artigo 15.º do Decreto n.º 455/71, de 19 de Outubro e do Decreto n.º 8 818, de 11 de Março de 1923, citando quaisquer interessados que se julguem com direito à diferença de percentagem da quantia de 4 939\$10 e às custas em processo executivo da quantia de 590\$ que ficaram em dívida pelo falecimento de Edmundo Benchimol dos Reis Borges Feire, que foi 2.º oficial desta Direcção-Geral, ocorrido em 12 de Julho do ano passado.

A percepção das importâncias acima indicadas habilitou-se Teresa de Fátima Lopes, na qualidade de mãe de dois filhos menores do falecido.

Direcção-Geral de Finanças, na Praia, 1 de Março de 1978.—O Director-Geral, *Marino M. Pereira*.

(26)

Serviços das Alfândegas de Cabo Verde

Alfândega da Praia

EDITAL

*Daniel Andrade Sousa*, Director da Alfândega da Praia.

Faço saber que nos termos dos n.ºs 2.º e 3.º da Portaria Ministerial n.º 10 393, de 14 de Maio de 1943, é por este meio, notificado o dono ou consignatário da seguinte mercadoria, a despachá-la no prazo de 15 dias a contar da data da publicação deste edital, sob pena de, não o fazendo, se proceder de conformidade com a lei, podendo ser a mercadoria entregue a um serviço público ou vendida em hasta pública.

(1) Um jogo de carretos helicoidais para distribuição, com o peso bruto de 3,2 quilos e líquido de 2,830 quilos de origem inglesa, entrado neste porto em 29 de Março de 1976, sob a c/m fiscal 49/76.

E para constar e devidos efeitos, se fez este e outros de igual teor que serão afixados nos lugares públicos de costume.

Alfândega da Praia, 15 de Março de 1978.— O Director, *Daniel Andrade Sousa*.

(27)

Alfândega do Mindelo

EDITAL

*António Lima Araújo*, director da Alfândega do Mindelo.

Faço saber que nos termos do § único do artigo 282.º do Contencioso Aduaneiro, é por este meio notificado M. J. Neves, a levantar a importância de 4 990\$ (quatro mil novecentos e noventa escudos) em depósito na tesouraria desta Alfândega, proveniente do remanescente da venda em hasta pública das mercadorias constantes do processo administrativo n.º 9/77, a qual entrará em receita eventual da Fazenda Nacional se não for reclamada no prazo de um ano a contar da data da publicação deste edital.

E, para constar e devidos efeitos se fez este e outros de igual teor que serão afixados nos lugares de costume.

Alfândega do Mindelo, 6 de Março de 1978.— O director, *António Lima Araújo*.

(28)

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Cartório a cargo do notário: *Jorge Rodrigues Pires*.

Certifico narrativamente, para efeitos de publicação que por escritura lavrada em sete de Março do ano em curso, neste cartório a meu cargo, a folhas oitenta e três a oitenta e quatro, verso, do livro de notas para escrituras diversas número trezentos cinquenta e três, do cartório a meu cargo, foi celebrada uma escritura de habilitação notarial por óbito de Bernardino Mendes Ribeiro, solteiro, natural da freguesia de S. Miguel, concelho do Tarrafal, falecido no dia quatro de Fevereiro de mil novecentos e setenta e quatro, na freguesia da Pena, concelho de Lisboa, sem testamento nem qualquer outra disposição de última vontade.

Mais certifico que, na operada escritura foram declarados como únicos herdeiros do dito falecido, seus pais Paulo Mendes Ribeiro e Adelina Semedo Fernandes, ambos naturais da freguesia de S. Miguel, concelho do Tarrafal, residentes em Achadinha-Acima, subúrbios desta cidade.

Está conforme.

Passada na cidade da Praia e Segundo Cartório, aos nove dias do mês de Março do ano de mil novecentos e setenta e oito.—O notário do Segundo Cartório, *Jorge Rodrigues Pires*.

Conta:

Art. 18.º, 1	...	25\$00
Art. 18.º, 2	...	10\$00
Art. 25.º, 1, b)	...	35\$00
Cofre Geral de Justiça	...	7\$00
Taxa de reembolso	...	2\$00
Selos	...	30\$00

Soma ... 109\$00

(São: cento e nove escudos.— Conferida por, *Jorge Rodrigues Pires*.— Registrada sob o n.º 64/78.

(29)